

ORÇAMENTO SECRETO

Rosa deve determinar o reenvio de dados

Informações enviadas ao STF estão incompletas, indiscriminadas e sem padronização

» LUANA PATRIOLINO

A documentação encaminhada pelo Congresso ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre parlamentares que remeteram recursos às bases por meio do Orçamento secreto, em 2020 e 2021, devem ser consideradas insuficientes pela ministra Rosa Weber, relatora da ação. Por causa disso, a expectativa é de que ela não aceite o material da forma como está e determine o reencaminhamento dos dados.

Diferentemente do que foi determinado pelo STF, as informações solicitadas foram enviadas de forma incompleta, indiscriminada e sem padronização — o que dificulta o entendimento do material. A Corte investiga a aplicação dos recursos e questiona a ausência de transparência na distribuição das verbas entre deputados e senadores.

No fim do ano passado, Rosa havia concedido 90 dias para que as emendas liberadas nos exercícios de 2020 e 2021 fossem publicadas de forma transparente. Apesar das tentativas de extensão do prazo por parte do Congresso, a ministra manteve o tempo estabelecido inicialmente — o Legislativo, porém, descumpriu a determinação.

Apesar de não ter reunido as manifestações dos 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores), a advocacia do Senado informou ao Supremo que tem adotado inúmeras medidas para assegurar a transparência na execução das emendas.

Suspensão

A ministra foi escolhida relatora das ações do PSol, do Cidadania e do PSB, que

questionaram as emendas do relator-geral. Em novembro, Rosa determinou a suspensão do repasse das verbas por falta de transparência na distribuição.

“Não há como saber quem são, de fato, os deputados federais e senadores componentes desse grupo incógnito, pois a programação orçamentária utilizada por esse fim identifica apenas a figura do relator-geral”, disse, à época, no parecer.

Outra crítica da ministra é que o Orçamento secreto cria um grupo privilegiado no Congresso. As emendas de relator foram utilizadas pelo governo federal para montar uma base de aliados, pois, na prática, a destinação dos recursos é definida em acordos informais entre parlamentares aliados e o Palácio do Planalto.

A ministra determinou que fossem registradas, em plataforma eletrônica e em conformidade com princípios de transparência, todas as demandas dos parlamentares voltadas à distribuição de recursos. No fim de 2021, o Supremo liberou o pagamento das emendas, depois que o Congresso aprovou novas regras de publicidade, e determinou 90 dias para que o sistema de monitoramento — com individualização, detalhamento e motivação das indicações — fosse instituído pelo Legislativo.

O Senado descumpriu o prazo e remeteu ao STF informações incompletas. Em nota, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), explicou que o Parlamento “fez apenas o encaminhamento dos ofícios ao STF para conhecimento” e que “o Congresso pode encaminhar novos documentos e elementos que entenda ser de interesse da ação judicial”.

Fellipe Sampaio/SCO/STF



Ministra recebeu emaranhado de informações de difícil compreensão

R\$ 400 milhões de emendas em 5 meses

» TAÍSA MEDEIROS

Na documentação sobre o orçamento secreto remetida pelos parlamentares para a ministra Rosa Weber, à qual o **Correio** teve acesso, a senadora Eliane Nogueira (PP-PI) está entre os congressistas que se destacam pelo montante declarado. Mãe do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, era suplente do filho e assumiu o mandato em 28 de julho do ano passado. Até dezembro de 2021, ela indicou R\$ 399.280.837,78 em emendas.

Ao todo, foram R\$ 175,2 milhões encaminhados para a saúde, detalhados pela parlamentar como compra de ambulâncias, veículos e equipamentos. A segunda maior destinação foi por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) — R\$ 138,8 milhões voltados, segundo detalhamento feito pela equipe da senadora, para o apoio às cadeias produtivas locais, obras de infraestrutura, poços tubulares, além da aquisição de veículos, máquinas e equipamentos.

A senadora ainda realizou repasses pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), pelo Ministério da Agricultura e pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Apesar de informar onde os recursos seriam aplicados, em nenhum dos repasses a parlamentar mencionou as cidades que receberiam a verba.

Em nota ao **Correio**, a senadora salientou que “todo o meu trabalho tem sido pautado em atender as necessidades e demandas do povo do Piauí com total transparência. (...) A pedido do presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, informei cada

Jefferson Rudy/Agência Senado



Ciro e Eliane na cerimônia de posse da mãe, que assumiu o mandato quando o filho se tornou ministro



A pedido do presidente Rodrigo Pacheco, informei cada indicação de emenda de relator por meio de ofício. Ressalto que as destinações dos recursos estão acessíveis e são sempre divulgadas nas minhas redes sociais

Senadora Eliane Nogueira (PP-PI)

indicação de emenda de relator por meio de ofício. Ressalto que as destinações dos recursos estão acessíveis no Portal da Transparência e são sempre divulgadas nas minhas redes sociais, longe de serem secretas. Não tenho nada a esconder”.

Combustível

Esta não é a primeira polêmica envolvendo a senadora. Em outubro passado, dados do Portal da Transparência apontavam que ela havia destinado R\$ 46,9 mil da cota parlamentar para gastos com combustível de aviação. Ela informou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na declaração de bens para se habilitar às eleições de 2018, que

não possui aeronave particular. Porém, o filho e ministro da Casa Civil declarou ser proprietário de 95% de uma aeronave Beech Aircraft B200, avaliada em R\$ 2,8 milhões.

A senadora apresentou notas fiscais dos gastos e obteve o ressarcimento para oito despesas com o combustível. Além da estranheza da compra de querosene de aviação sem ter um aparelho para abastecer, as notas fiscais se referiam a postos em locais nos quais Ciro Nogueira tinha agenda.

Eliane é empresária e esteve nos bastidores das campanhas eleitorais para deputado federal do hoje ministro da Casa Civil em 1994, 1998, 2002 e 2006, e para senador em 2010.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lembra-vos de 1964! Não custa nada

O título da coluna é um trocadilho com o título do livro de Ferdinando Carvalho sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), publicado pela Biblioteca do Exército, em 1981. Antes, o general havia escrito duas obras sobre o mesmo tema, porém ficcionais: *Os Sete Matizes do Rosa* e *Os Sete Matizes do Vermelho*, ambos em 1977.

Aquela altura, a luta armada contra o regime militar havia sido dizimada, com seus líderes mortos, presos ou no exílio. O PCB estava quase completamente desbaratado e os remanescentes de seu Comitê Central, entre os quais Luiz Carlos Prestes e Gi-condo Dias, viviam no exílio. Embora defendesse a via eleitoral como forma de luta principal pela redemocratização, um terço dos seus dirigentes fora assassinado e apenas meia dúzia permanecera no país, na mais profunda clandestinidade.

Entretanto, o que estava em curso era a abertura política, alargada e acelerada pelas sucessivas derrotas eleitorais do regime, cujo projeto de institucionalização como “democracia relativa” já havia fracassado. Batido nas eleições de 1974 e 1978, seria derrotado novamente em 1982, depois da anistia política que trouxera de volta os exilados e às ruas os prisioneiros políticos.

O general João Batista Figueiredo, cada vez mais enfraquecido na Presidência, era desafiado pelos porões do regime, em atentados terroristas cujo desfecho foi a bomba do Riocentro, que explodiu no colo de um sargento e feriu um capitão do Exército ao seu lado. O artefato seria detonado no local onde se realizava um grande show artístico comemorativo do 1º de Maio, com milhares de estudantes e sindicalistas.

Ferdinando de Carvalho fez a cabeça de muitos militares hoje reformados e alguns jovens cadetes e oficiais que voltariam ao poder com a eleição do presidente Jair Bolsonaro (PL) — entre eles o ex-ajudante de ordens do general Silvio Frota, o hoje general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência.

A matéria prima dos livros é o Inquérito Policial Militar (IPM) nº 7.098 (1964-1966), responsável por apurar as atividades do PCB no território nacional, que coordenou. Muito do que os militares e a direita ideológica brasileira, hoje, falam sobre a esquerda no Brasil são uma reprodução de suas teses, lançadas no começo dos anos 1980 como uma tentativa desesperada de impedir a redemocratização do país.

Memória

Domingo, recebi uma ligação do ex-deputado Marcelo Cerqueira, um dos líderes da campanha pela anistia, preocupado com a conjuntura política: “Estou me sentindo em 1963”. Diretor da UNE à época, Marcelo viveu intensamente o processo político que antecedeu o golpe militar de 1964. Emoldurada pela guerra fria, a vitória de João Goulart no plebiscito para restabelecer o presidencialismo derivou para a radicalização, cujo desfecho foi a destituição do presidente da República.

O comício da Central do Brasil, em 13 de maio de 1964, no qual Jango anunciou a decretação das reformas de base — que o Congresso havia rejeitado —, serviu apenas para acirrar ainda mais a crise, que desaguaria na sua destituição, em 31 de março daquele ano, com três navios da Marinha norte-americana ao largo do Espírito Santo, prontos para intervir.

Marcelo e o então presidente da UNE, José Serra, hoje senador do PSDB por São Paulo, estavam entre aqueles que tentaram jogar água fria na fogueira, como San Thiago Dantas. Os líderes estudantis chegaram a procurar o marechal Castelo Branco, que até então dizia defender a legalidade, nos esforços de apaziguamento. Mas a rota de colisão entre os militares e Jango já era irreversível. E a maioria da opinião pública acreditava que o país caminhava para o comunismo, o que não era verdade.

O problema era outro. O principal líder do PTB, o partido de Jango, o ex-governador gaúcho e deputado federal Leonel Brizola, queria ser candidato a presidente nas eleições convocadas para 1965, mas era inelegível por ser cunhado do presidente da República. Os candidatos favoritos eram o ex-presidente Juscelino Kubitschek (PSD) e o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN). JK era o candidato da conciliação, Lacerda o do confronto.

O líder comunista Luiz Carlos Prestes articulava a reeleição de Jango, em aliança com o PTB, o que provocou a ruptura da aliança com o PSD, que levava Juscelino ao poder em 1955.

Jango era um estancieiro gaúcho, de viés populista, formado no trabalho de Alberto Pasqualini e San Thiago Dantas. Não tinha nada de comunista. Se decidisse apoiar JK, mantendo a aliança de 1955, muito provavelmente não teria ocorrido o golpe militar. Considerado imbatível, Juscelino era visto como um retrocesso pela esquerda, o que foi um grave equívoco. O retrocesso era o golpe militar.

Com sinal trocado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as pesquisas para a Presidência, também é visto como um retrocesso por amplos setores da sociedade. Bolsonaro tenta se aproveitar da situação para se manter no poder, mesmo que perca a reeleição, com uma narrativa que nos remete ao ambiente pré-golpe militar de 1964, na percepção daqueles que viveram aqueles momentos. Entretanto, os tempos são outros.

FERDINANDO DE CARVALHO FEZ A CABEÇA DE MUITOS MILITARES HOJE REFORMADOS E ALGUNS JOVENS CADETES E OFICIAIS QUE VOLTARIAM AO PODER COM A ELEIÇÃO DE BOLSONARO